

## A FACULDADE DE FILOSOFIA E A PRÁTICA DO USO PÚBLICO DA RAZÃO<sup>1</sup>

Vera Cristina de Andrade BUENO<sup>2</sup>

No artigo “A institucionalização da razão”, Frederick Rauscher chama a atenção para o importante papel que a faculdade de filosofia desempenha, segundo Kant, no interior de uma universidade, devido “ao seu papel primordial de agir como a voz da razão nos debates políticos”<sup>3</sup>. Segundo o texto, cabe aos filósofos se ocupar dessa tarefa não só no interior da faculdade de filosofia, mas também fora dela, por levarem em conta a verdade na avaliação pública das leis e das políticas propostas pelos governos. Para justificar a origem da atribuição feita à faculdade de filosofia, Rauscher faz uso do trabalho tardio de Kant, *O conflito das faculdades*<sup>4</sup>.

Rauscher começa o artigo fazendo uma crítica ao fato de Habermas, em *Mudança estrutural na esfera pública*, considerar a exortação kantiana para que os indivíduos se empenhem em usar livremente a própria razão baseando-se apenas no texto “Resposta à pergunta: que é ‘Esclarecimento’” (de 1784). Em seu artigo, Rauscher afirma que, para Habermas, “Kant já estava comprometido com a ampla participação dos indivíduos no debate público”<sup>5</sup>.

Se nos voltarmos para o texto do Esclarecimento, percebemos que, nele, Kant exorta os indivíduos, na medida em que participam de uma vida em sociedade, a procurarem se desvencilhar das amarras que os impedem de usar a própria razão publicamente, o que faz com que permaneçam intelectualmente menores e na dependência de tutores (WA, AA 08:35)<sup>6</sup>. O texto dá a entender que os indivíduos poderiam se libertar dessas amarras em função da exortação feita, sem que nenhuma outra coisa seja necessária para isso. Assim, para tornar mais claro o que pretende, estabelece Kant uma distinção entre o que chama de uso privado e uso público da razão. Por uso privado da razão, Kant entende aquele no qual um indivíduo se manifesta na função de um cargo ou de uma posição que ocupa em alguma instituição, não podendo, por isso, ir contra os princípios dessa instituição (WA, AA 08:37)<sup>7</sup>. Por sua vez, o uso público é aquele em que um indivíduo expressa suas ideias como cidadão do mundo e usa livremente a sua razão, sem estar limitado aos princípios e ensinamentos de qualquer instituição (WA, AA 08:37)<sup>8</sup>. Ao fazer esse esclarecimento, Kant deixa transparecer que os indivíduos devem estar em condições de manifestar publicamente as suas ideias. No entanto, ainda que faça essa distinção e convoque os indivíduos a usar publicamente a sua razão, Kant não deixa claro como os indivíduos podem fazer isso com sucesso.

Nesse sentido, avalia Rauscher, mesmo que seja uma exortação necessária ao uso da razão livre de impedimentos, o texto kantiano, por si só, não é suficiente para que essa exortação possa surtir o efeito desejado. É preciso, além desse estímulo, que a razão seja exercitada e

treinada para que possa manifestar-se de forma autônoma e livre dos impedimentos que acabam por desvirtuar os seus dons naturais (WA, AA 08:36)<sup>9</sup>. É preciso, também, que ela possa conviver com situações em que bons exemplos sejam dados, como as práticas de um uso refletido da razão. Sem o convívio com situações e práticas em que a razão seja bem exercitada, é muito difícil que os indivíduos saibam como participar de um debate público. Para que possa participar desse debate com sucesso e também levando em consideração a verdade e a correção do que é dito, o indivíduo precisa de algum treinamento, e a faculdade de filosofia é o lugar privilegiado no qual esses objetivos podem ser alcançados. É devido ao lugar privilegiado que Kant atribui à faculdade de filosofia, como sendo aquele em que a razão pode exercitar sua autonomia, que Rauscher se volta para *O conflito das faculdades*.

## O USO PÚBLICO DA RAZÃO E O TEXTO DO *CONFLITO*

Num certo sentido, e, talvez, sem muito exagero, poderíamos dizer que a filosofia kantiana em seu todo ocupa-se não só com a investigação da razão e seu modo de operar, mas também com uma educação que propicie o desenvolvimento dessa mesma razão e a prepare para que possa manifestar-se livremente. No entanto, é no *Conflito das faculdades* que Kant atribui à faculdade de filosofia o lugar, por excelência, em que a razão pode se manifestar livremente e exercer sua autonomia. Nela, os professores e alunos treinam de tal modo que, por meio das habilidades adquiridas, podem se empenhar para que a razão não sirva só de meio para que se alcance outros objetivos que não são primordialmente os seus, como acontece com as outras faculdades, mas que desenvolva a si mesma como fim. Em função dessa atribuição, Rauscher se refere à faculdade de filosofia como sendo o lugar da institucionalização da razão.

O texto do *Conflito* começa tratando da maneira como a universidade alemã estava organizada na época de Kant. Havia nela duas categorias de faculdades: as superiores, em número de três: teologia, direito e medicina, e as faculdades inferiores. Nessa categoria estava a de filosofia. Essa divisão em categorias é feita em função dos interesses do governo, e não da competência dos integrantes dessas faculdades. Uma faculdade é considerada superior se seus ensinamentos - tanto no que concerne ao conteúdo, quanto no que concerne à maneira pela qual ele é apresentado ao público - interessam ao governo. Ela é considerada inferior se sua função é cuidar do interesse da ciência e da verdade (SF, AA 07:18)<sup>10</sup>. Nesse sentido, o que guia a faculdade de filosofia em seus pronunciamentos sobre a atividade científica são as exigências da própria razão (SF, AA 07:19)<sup>11</sup>. No *Conflito*, Kant conceitua “razão” como “o poder de julgar autonomamente - isto é, livremente (de acordo com os princípios do pensamento em geral)” (SF, AA 07:27)<sup>12</sup>. Essa conceituação é semelhante àquela dada ao uso público da razão no texto do *Esclarecimento*. No entanto, os professores das faculdades superiores não têm liberdade em relação ao uso da razão. Isso acontece não só porque os compromissos primordiais das faculdades não estão voltados para a procura da verdade, mas também porque elas dependem do governo, que quer ter uma influência forte e duradoura sobre o povo. Além disso, os temas próprios dessas faculdades, religião, justiça e saúde ajudam-no a fazer isso. Nesse sentido, o governo não propõe nenhum conteúdo próprio a ser ensinado, “ele exige apenas que as faculdades respectivas, *ao expor um assunto publicamente*, adotem certos modos de ensinar e

excluem seus contrários” (SF, AA 07:19)<sup>13</sup>. Esse modo de proceder é semelhante ao que, no texto do *Esclarecimento*, Kant chama de uso privado da razão. Assim, o teólogo-professor da faculdade de teologia ocupa-se, especialmente, com os ensinamentos da Bíblia; o professor da faculdade de Direito, com as leis do direito positivo; e os professores da faculdade de medicina com os protocolos médicos adotados com o público, e não com a ciência da natureza (SF, AA 07:23)<sup>14</sup>. Em suas práticas, essas faculdades têm seus ensinamentos fundados não apenas nas teorias concernentes à teologia, ao direito e à medicina, mas também na sanção dada a elas pelo governo em relação a esses ensinamentos.

Por sua vez, o compromisso da faculdade de filosofia é com a verdade e com os princípios da razão, compromisso pelo qual ela se orienta e sobre os quais ela pode se manifestar publicamente. Fazendo do seu um uso público, a razão se posiciona de forma independente em relação às pressões externas que atuam sobre as outras faculdades. Ao adotar um princípio próprio, a faculdade de filosofia dá aos seus membros o exemplo de um uso autônomo da razão, o qual revela sua posição não submissa às exigências externas. Nesse sentido, o ensino da faculdade de filosofia é sancionado apenas pelo compromisso que os professores de filosofia têm para com os princípios da razão. *O conflito das faculdades* complementa, assim, de uma forma institucionalizada, o que Kant propõe no texto do *Esclarecimento*. Para Kant,

é absolutamente essencial que a comunidade erudita na universidade também tenha uma faculdade independente do comando do governo em relação aos seus ensinamentos; uma que, não tendo comandos para dar, está livre para avaliar tudo, e se preocupa com os interesses das ciências, a saber, com a verdade: uma em que a razão está autorizada a se pronunciar publicamente (SF, AA 07:19-20)<sup>15</sup>.

E continua Kant, indo mais adiante, atribuindo à faculdade de filosofia um importante papel no que concerne aos governos,

pode acontecer que a última um dia seja a primeira (a faculdade inferior seria a mais elevada) - na verdade, não no que diz respeito à autoridade, mas no que diz respeito ao conselho dado à autoridade (o governo). Pois o governo pode achar a liberdade dos professores da faculdade de filosofia e o discernimento obtido em função dessa liberdade, um meio mais adequado para atingir os seus fins do que a sua própria autoridade absoluta” (SF, AA 07:35)<sup>16</sup>.

É nesse sentido que, em “A institucionalização da razão”, Rauscher sugere, talvez radicalizando o papel a ela atribuído, que a faculdade de filosofia poderia desempenhar um papel semelhante àquele da “Suprema Corte dos Estados Unidos em sua prática de exame judicial”<sup>17</sup>.

## O QUE É FUNDAMENTAL PARA O USO PÚBLICO DA RAZÃO

Em função da importância do papel atribuído à faculdade de filosofia, seus professores têm de ter clareza sobre a natureza e a origem dos princípios da razão, de tal modo que possam se manifestar tendo toda confiança em seus pronunciamentos. É por isso que Rauscher alerta para a necessidade de outras práticas, além daquela da exortação kantiana, no texto

do Esclarecimento, para que os indivíduos usem publicamente a razão. Sem saber como se exercitar nessa prática, a razão não pode desempenhar com sucesso todo o potencial de que é capaz. É preciso não só que ela seja exercitada, mas também que saiba de si, daquilo de que é capaz e do que tem de fazer para se desenvolver. A faculdade de filosofia é aquela instituição que pode dar conta dessa tarefa. Mas para isso ela tem de ter clareza sobre as concepções atribuídas à razão e pelas quais ela sabe das suas prerrogativas.

No texto da *Lógica*<sup>18</sup> estão expostas duas conceituações de filosofia: uma que Kant chama de escolástica, e outra de cósmica ou mundana. Pelo nome mesmo, pode-se perceber o sentido dessas duas conceituações. A filosofia entendida no sentido escolástico visa a aquisição de uma certa habilidade no trato com a razão. Desse ponto de vista, ela é uma doutrina da habilidade (Log, AA 09:24)<sup>19</sup> e trata das técnicas para o uso da razão. Fariam parte desse modo de se entender a filosofia todos os procedimentos próprios de um uso lógico da razão. No sentido cósmico ou mundano a filosofia procura pelos fins últimos da razão. A razão nesse sentido não é vista apenas como alvo de um treinamento técnico, mas pertence a ela a determinação da extensão de seu uso e dos limites do conhecimento (Log, AA 09:25).<sup>20</sup> Ela também se preocupa com a elaboração de um método, pois, como diz Kant, “se quisermos nos exercitar na atividade de pensar por si mesmo ou filosofar, teremos que olhar mais para o *método* de nosso uso da razão do que para as proposições mesmas a que chegamos por intermédio dele” (Log, AA 09:26)<sup>21</sup>. No sentido cósmico de filosofia, a razão não é considerada como um meio, mas como um fim em função do qual ela se orienta. Nas palavras de Kant, no sentido cósmico a filosofia é “*uma ciência da máxima suprema do uso da nossa razão*, na medida em que se entende por máxima o princípio interno da escolha entre diversos fins” (Log, AA 09:24)<sup>22</sup>.

Uma vez feitas essas considerações sobre os dois conceitos de filosofia, pode-se concluir que, para a faculdade de filosofia, o conceito primordial é aquele de filosofia no sentido cósmico. Não que a filosofia no sentido escolástico não seja por ela levada em conta, mas no de que, nele, a filosofia não se preocupa com o estabelecimento dos fins e, assim sendo, nenhum fim lhe interessa especialmente. Ela se preocupa em adquirir habilidades, deixando de lado os fins aos quais elas se destinam. Como o fim principal e último da razão é a sua autonomia e liberdade, e como se preocupar com os fins é a tarefa primordial do conceito cósmico de filosofia, para a faculdade de filosofia o conceito cósmico de filosofia é o mais fundamental. Isso no que concerne ao *Conflito*. No texto da *Lógica*, no entanto, ambos os conceitos são considerados como igualmente importantes.

O conceito cósmico de filosofia nos faz ver que, para que a razão possa realizar o seu fim e consiga a sua autonomia, é preciso que os indivíduos se manifestem publicamente, pois a razão não se desenvolve por si só. Ela precisa do exercício do pensamento e da possibilidade de comunicar livremente esse pensamento. É por isso que, no texto sobre o Esclarecimento, Kant responde à pergunta sobre se a sua época é uma época esclarecida, dizendo que ela é uma época que está no processo do esclarecimento (WA, AA 08:40)<sup>23</sup>.

## A IDEIA DE LIBERDADE E O USO PÚBLICO DA RAZÃO

Se há um progresso da humanidade, se ela pode ir se tornando mais esclarecida, esse progresso depende do que há de razão e de liberdade na humanidade. O opúsculo *Ideia universal de um ponto de vista cosmopolita*, de 1784, (IaG, AA 08:19)<sup>24</sup>, nos dá uma chave de interpretação da história humana como um relato possível do progresso para a cultura e para a moralidade. Nesse sentido, é bom lembrar que, para Kant, o progresso ao qual ele se refere, e mesmo o de que a humanidade é capaz, não se identifica com a busca de uma felicidade crescente, nem tampouco acha ele que o progresso seja algo a que estejamos fadados de um modo constante. Pelo contrário, o progresso depende dos atos que os seres humanos efetivamente realizem em relação ao desenvolvimento da razão em busca de autonomia. O progresso tampouco resulta de atos humanos realizados aleatoriamente, mas de atos que têm *a priori* uma ideia que exerça a função de um fio condutor. A ideia de liberdade tem o *status* de um ideal regulativo, que vale para a orientação dos seres humanos, e não pode ser considerada como algo constitutivo da história humana. “Pois estamos”, como diz Kant em *O conflito das faculdades*, “lidando com seres que agem livremente, para os quais, é verdade, o que *devem* fazer pode ser dito de antemão, mas dos quais não se pode prever que *farão* [o que foi dito que *devem* fazer]” (SF, AA 07:83)<sup>25</sup>.

Assim, a faculdade de filosofia, devido ao cuidado que tem com o uso correto da razão e com o interesse que tem pelo desenvolvimento da razão no sentido de uma autonomia crescente não só em relação ao que se passa na universidade, mas também fora dela, precisa, mais do que qualquer outra faculdade, ter uma atitude reflexiva e crítica em relação a si própria. Nas palavras de Kant:

Em todos os seus empreendimentos deve a razão submeter-se à crítica e não pode fazer qualquer ataque à liberdade desta, sem se prejudicar a si mesma e atrair sobre si uma suspeita desfavorável. Nada há de tão importante, com respeito à utilidade, nem nada de tão sagrado que possa furtar-se a esta investigação aprofundada que não faz exceção para ninguém. É mesmo sobre esta liberdade que repousa a existência da razão; esta não tem autoridade ditatorial alguma, mas a sua decisão outra coisa não é do que o acordo de cidadãos livres, cada um dos quais deve poder exprimir as suas reservas e mesmo exercer seu *veto* sem impedimentos (KrV A738/B766)<sup>26</sup>.

## O USO PÚBLICO DA RAZÃO E O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO

A respeito do uso público da razão, Onora O’Neill lembra, no texto “*Kant’s Conception of Public Reason*”<sup>27</sup>, que Kant adverte que, para pensarmos não basta que tenhamos liberdade de pensamento, é preciso, também, que tenhamos liberdade para nos comunicar e expressar nossos pensamentos. No final do texto “O que significa orientar-se no pensamento” (1786), Kant critica os que acreditam que basta a liberdade de pensamento para que pensemos. Kant nega, veementemente, que isso seja possível. Para que pensemos, a comunicação entre homens é necessária. Nele, Kant adverte:

Amigos do gênero humano e do que para ele é mais sagrado! Aceitai o que, após um exame cuidadoso e honesto vos parecer mais digno de fé, quer sejam factos, quer [sejam] princípios da razão: somente não impugneis à razão o que faz dela o supremo bem na terra, isto é, o privilégio de ser a derradeira pedra de toque da verdade. Caso contrário, indignos de tal liberdade, também certamente a

perdereis, e essa infelicidade arrasta ainda igualmente outra parte [...] que, de outro modo, estaria disposta a servir-se legalmente de sua liberdade e a contribuir assim de forma conveniente para a melhoria do mundo (WDO, AA 08:146)<sup>28</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de suma importância, segundo Kant, o papel que a faculdade de filosofia pode e deve desempenhar em relação ao exercício do uso público da razão e ao desenvolvimento e aperfeiçoamento do pensamento. A faculdade de filosofia é um lugar especial em que se pode comunicar e discutir ideias, e ser criticado em função delas. Ela é um excelente canal de escoamento daquilo que a razão humana pode produzir, talvez de melhor, para o desenvolvimento da razão. Ao valorizar a faculdade de filosofia, no entanto, Kant não está considerando, apenas, os conceitos e ideias que são nela formulados e desenvolvidos, mas, principalmente, o lugar em que se pode praticar a reflexão e a crítica de forma eficaz e proveitosa. É nela que se pode começar a exercitar a independência da razão de todas as forças que impedem o seu desenvolvimento e sua autonomia. É ela que, mais do que qualquer outra faculdade, pode chamar a atenção para que não se deixe de levar em conta os fins últimos da razão. E Kant sabe disso muito bem. Ele foi durante anos professor na Universidade de Königsberg<sup>29</sup> e pôde vivenciar o papel que ele próprio atribuiu à faculdade de filosofia: aquele que, além de exercitar, incentiva o desenvolvimento e autonomia da razão. Na época de Kant poucos filósofos foram professores em universidades, Kant, ao que tudo indica, foi um dos primeiros. Talvez, como nenhum outro, ele tenha visto a importância de pertencer a essa instituição que, para Rauscher, é a própria institucionalização da razão.

**RESUMO:** Tendo como pano de fundo “A institucionalização da razão”, de Frederick Rauscher, o artigo chama a atenção para o importante papel que, segundo Kant, a faculdade de filosofia desempenha na universidade para a prática do que Kant chama de “uso público da razão”. O artigo enfatiza que é no esforço de bem expor publicamente as suas próprias ideias que a razão pode se desenvolver no sentido de sua autonomia crescente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Kant; faculdade de filosofia; uso público da razão; Esclarecimento; liberdade.

**ABSTRACT:** Having as background Fred Rauscher’s “The Institutionalization of Reason”, the paper draws attention to the important role that, in accordance to Kant, the faculty of philosophy plays concerning the practice of what Kant calls the “public use of reason”. The paper stresses that, it is in the effort of well exposing in public its own ideas, that reason can develop itself concerning its growing autonomy.

**KEYWORDS:** Kant; faculty of philosophy; public use of reason, Enlightenment; freedom.

## REFERÊNCIAS:

KANT, IMMANUEL. “Resposta à questão: que é iluminismo?” (1784). In: *A paz perpétua e outros opúsculos*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1988.

\_\_\_\_\_. "O que significa orientar-se no pensamento?" (1786). In: *A paz perpétua e outros opúsculos*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1988.

\_\_\_\_\_. *Crítica da razão pura*. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Mourujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

\_\_\_\_\_. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita* (1784). Tradução de Ricardo Terra e Rodrigo Naves. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. *Lógica* (1800). Tradução de Guido de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

\_\_\_\_\_. *The Conflict of the Faculties* (1798). Translated by Mary J. Gregor and Robert Anchor. New York: Cambridge University Press, 2005.

LOUDEN, ROBERT. "General Introduction" In: *Anthropology, History and Education*. New York: The Cambridge Edition of the Works of Immanuel Kant, 2011.

O'NEIL, ONORA. "Kant's Conception of Public Reason". In: *Kant und die Berliner Aufklärung: Akten des IX Internationaler Kant-Kongresses*, Band I. Volker Gerhardt, Rolf-Peter Hortsman, und Ralph Schumacher (Ed). Berlin: Walter de Gruyter, 2001.

RAUSCHER, FREDERICK. "A institucionalização da razão". Tradução de Alexandre Medeiros de Araújo. In: *O que nos faz Pensar* 32 (2012):167-177.

## NOTES

1 Esse artigo é uma versão modificada da palestra feita na XIV SAF - Semana dos Alunos de Pós-graduação em Filosofia - da PUC-Rio, em maio de 2013. O objetivo da palestra foi o de lembrar o importante papel que a faculdade de filosofia desempenha no âmbito da universidade. A motivação para o tema surgiu do artigo de Frederick Raucher, "A institucionalização da razão", publicado no número 32 da revista do departamento de filosofia da PUC-Rio, *O que nos faz Pensar*.

2 Professora aposentada da PUC-Rio, editora do n. 32 de *O que nos faz Pensar*, revista do Departamento de Filosofia da PUC-Rio. Escreve artigos sobre a filosofia prática kantiana. Faz parte do conselho editorial de vários periódicos brasileiros. Doutorou-se em filosofia pela Université de Paris X e foi *visiting scholar* na University of Pennsylvania.

3 *O que nos faz Pensar*, n. 32, p. 167.

4 *Der Streit der Fakultäten* (SF). O livro, publicado em 1798, reúne três ensaios escritos em diferentes ocasiões, sendo o primeiro, que trata das relações entre a faculdade de teologia e a de filosofia, foi escrito entre junho e outubro de 1794. Devido à ordem, emitida nesse mesmo ano, para que Kant não publicasse nem lecionasse nada em matéria de religião, o livro só foi publicado quatro anos mais tarde, acrescido das relações da faculdade de filosofia com a de Direito e a de Medicina.

5 *O que nos faz Pensar*, p. 168.

6 "Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?"(WA). "Resposta à questão: que é iluminismo?" In: *A paz perpétua e outros opúsculos*. Tradução para a língua portuguesa de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1988, p. 11. Ainda que no corpo do texto a expressão usada seja "Esclarecimento", a expressão "Iluminismo" é a que aparece no título da referência dada.

7 Idem, p 13.

8 Idem, p.13.

9 Idem, p. 12.

10 *Der Streit der Fakultäten* (SF). *The Conflict of the Faculties*, translated by Mary J. Gregor and Robert Anchor, in *Religion and Rational Theology*, New York: Cambridge University Press, 2005, p. 248.

11 Idem, p. 248.

12 "The power to judge autonomously - that is, freely (according to principles of thought in general)". Idem, p. 255.

13 "It requires only that the respective faculties, *in expounding a subject* publicly, adopt certain teachings and exclude their contraries". Idem, p. 248.

14 Idem, p. 251.

15 “It is absolutely essential that the learned community at the university also contain a faculty that is independent of the government’s command with regard to its teachings, one that having no commands to give, is free to evaluate everything, and concerns itself with the interests of the sciences, that is, with truth: one in which reason is authorized to speak out publicly.” Idem, p. 249.

16 “It could well happen that the last would some day be first (the lower faculty would be the higher) - not, indeed, in authority, but in counseling the authority (the government). For the government may find the freedom of the philosophy faculty, and the increased insight gained from this freedom, a better means for achieving its ends than its own absolute authority.” Idem, p. 261.

17 “A institucionalização da razão”, p. 176-177.

18 A *Lógica* foi editada e publicada, por Gottlob Benjamin Jäsche, tendo por base o manuscrito elaborado pelo próprio Kant para seus cursos dessa disciplina. Esse manuscrito foi entregue pelo próprio Kant a Jäsche para que este o preparasse para o prelo. A *Lógica* foi publicada em 1800.

19 *Logik* (Log). *Lógica*, tradução de Guido de Almeida, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, p. 41.

20 Idem, p. 42.

21 Idem, p. 43.

22 Idem, p. 42.

23 “Resposta à questão: que é iluminismo?”, p. 17.

24 *Idee zu einer allgemeinen Geschichte in weltbürgerlich Absicht* (IaG). *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. Tradução de Ricardo Terra e Rodrigo Naves. São Paulo: Martins fontes, 2003. Ver especialmente a Segunda proposição, p. 5.

25 “For we are dealing with beings that act freely, to whom, it is true, what they *ought* to do may be *dictated* in advance, but to whom it may not be predicted that they *will* do.” Apud Robert Louden, “General Introduction” to *Anthropology, History and Education*. New York: Cambridge University Press, 2007, p.11.

26 *Kritik der reinen Vernunft* (KrV). *Crítica da razão pura*, tradução: Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, A738/B766.

27 Apud Frederick Rauscher, “A institucionalização da razão”, p. 172, nota 11.

28 “Was heisst sich in Denken orientiren?” (WDO). “O que significa orientar-se no pensamento”, em: *A paz perpétua e outros opúsculos*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1988, p. 54-55; 8:146.

29 Durante cerca de 41 anos, desde 1755 até 1796, Kant deu aulas na Universidade de Königsberg. Mas só em 1770 ele passou a ser contratado pela própria Universidade. Entre 1755 e 1770, como *Privatdozent*, o pagamento de suas aulas era feito diretamente pelos alunos.

---

Recebido / Received: 06/10/14

Aprovado / Approved: 28/10/14